

Mensagem aos beneficiários e usuários em geral:

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis da **Instituição Beneficente Coronel Massot - IBCM**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações, Perspectivas e Planos

A **Instituição Beneficente Coronel Massot - IBCM** apresentou, no exercício de 2018, um faturamento de R\$ 63.944.117,53 (R\$ 52.951.492,16 no exercício de 2017), que representa um crescimento de R\$ 20,8% em relação ao ano anterior.

A IBCM, ao longo do exercício de 2018, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos produtos, soluções e serviços aos beneficiários, assim como na melhoria de resultados, além de projetos para o aumento da geração de sinergias.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício de 2018 atingiu R\$ 9.028.082,35, (R\$ 2.272.201,71), no exercício de 2017, apresentando um superávit de 497%.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Atendimento aos beneficiários nas diversas especialidades de segmentação ambulatorial, de acordo com o ROL de Procedimentos e Eventos em Saúde – ANS, totalizando 801.775 atendimentos;
- Modernização do Portal da IBCM, afim de padronizar e/ou disponibilizar as informações para os beneficiários e para a rede de atendimento, em conformidade com a legislação vigente através da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde que visem melhorar as condições de saúde dos beneficiários, através de programas de ação preventiva sobre os principais fatores de risco do público vinculado à Operadora..

Perspectivas e Planos da Administração para o ano de 2019

- Fortalecimento da rede de atendimento da IBCM, através redimensionamento da rede contratada e da capacitação dos profissionais às unidades próprias;
- Implantação do serviço de triagem e agendamento para atendimento nas especialidades de maior complexidade a fim de reduzir custo e disponibilizar maior acesso aos serviços especializados;
- Atuar de forma eficiente e eficaz nos processos Institucionais, especificamente no Planejamento Estratégico, acompanhando o comportamento do mercado de saúde, para que a IBCM possa competir de forma efetiva, conquistando novos beneficiários através de uma política de qualificação dos serviços oferecidos.

Agradecimentos

Pelo êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos beneficiários, o apoio recebido dos órgãos reguladores e o trabalho dedicado dos empregados e demais colaboradores desta Instituição.

Porto Alegre/RS. 20 de março de 2018

Daniel Lopes dos Santos
Diretor Presidente

Ilmos. Srs. Membros da
Diretoria e Conselho Deliberativo Fiscal da
INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CORONEL MASSOT - IBCM
Curitiba – Paraná

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CORONEL MASSOT – IBCM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir, intitulado “base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CORONEL MASSOT – IBCM, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme descrito na nota explicativa “22” a entidade não realizou provisão das contribuições previdenciárias: (i) R\$ 4.702.109,91, relativo ao período de maio a dezembro/2018; (ii) R\$ 1.126.540,34, principal referente divergência entre a GFIP X GPS, que adicionado de juros e multa montam aproximadamente em R\$ 1.500.000,00, perfazendo o total de R\$ 6.202.109,91, até 31/12/2018, com influência positiva no resultado e patrimônio da Instituição.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Chamamos à atenção para os seguintes assuntos: Conforme descrito na Nota Explicativa 21 Eventos Subsequentes, conforme Item I da ID/1ª DF 07/02/2019, foi solicitado expurgo do valor de R\$ 14.427.156,17, relativo a Reavaliação dos Terrenos, lançado indevidamente em desacordo com a Súmula nº 18, de 21 de julho de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores antecessores, ocasião em que emitiram o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, com ressalva em relação a PEONA, multa da ANS, RAT e INSS, datado de 27 de março de 2018.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos destacados neste relatório, nenhum outro item das demonstrações contábeis requer qualquer pronunciamento adicional sobre nossa auditoria tendo em vista os detalhamentos apresentados nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em nossos trabalhos de auditoria, exceto pela ressalva e destaque no parágrafo de ênfase, não identificamos inconsistências, nem outras informações vieram ao nosso conhecimento sobre distorções relevantes que pudessem influenciar as demonstrações contábeis e o resultado do exercício findo.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são àqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da cooperativa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicáveis, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 02 de março de 2019.

CEC Auditores Independentes S/S
CRC-PR N.º. 6.141/O-9

Paulo Roberto Carvalho
Contador CRC-PR N.º. 20.597/O-9 S/RS
Responsável Técnico

João Rodrigues Borges
Contador CRC-SP N.º 262.990/0-7 T-PR S/RS
Auditor Sênior

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais)

Ativo					Passivo				
	NOTAS	31/12/2018	AH	31/12/2017		NOTAS	31/12/2018	AH	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		13.004.186,55	42,5%	9.127.219,40	ATIVO CIRCULANTE		9.965.587,19	-42,0%	17.190.668,81
Disponível	3 (3.2)	3.842.124,88	96,8%	1.294.299,96	Provisões Técnicas de Operações de Ass. à Saúde		1.867.383,62	-75,9%	7.745.422,14
Realizável		9.162.061,67	17,0%	7.832.919,44	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	7	303.491,15	-	0,00
Aplicações Financeiras		2.446.935,90	68,9%	1.448.885,78	Provisão de Ev./Sin. Liquidar Outros Prest. Serv. Ass.		1.516.389,26	-53,3%	3.244.545,31
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3 (3.3)	2.444.863,50	113,3%	1.146.428,04	Provisão para Ev./Sin. Ocorridos e Não Av. (PEONA)		47.503,21	-98,9%	4.500.876,83
Aplicações Livres	3 (3.4)	2.072,40	-99,3%	302.456,74	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		2.610.520,10	-31,3%	3.801.647,05
Créditos de Op. Planos de Assistência à Saúde		5.891.440,67	17,2%	5.025.223,85	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	2.927.598,25	20,7%	2.425.526,68
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	4 (4.1)	5.886.887,12	17,3%	5.019.468,95	Débitos Diversos		2.560.085,22	-20,4%	3.218.072,94
Outros Créditos de Opera. com Pls de Assist. à Saúde		4.553,55	-20,9%	5.754,90	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.895.561,86	15,6%	12.888.289,49
Créditos de Op. Ass. à Saúde Não Rel. Pls de Saúde da Op.	4 (4.1)	319.146,34	34,3%	237.669,69	Provisões		2.924.553,71	891,0%	295.100,00
Créditos Tributários e Previdenciários		5.099,10	5580,8%	89,76	Provisões para Ações Judiciais	18	2.924.553,71	891,0%	295.100,00
Bens e Títulos a Receber		473.838,75	-24,1%	624.178,79	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	11.869.624,09	1,5%	11.698.934,78
Despesas Antecipadas		25.600,91	-94,8%	496.872,57	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		11.869.624,09	1,5%	11.698.934,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.815.015,90	-0,7%	23.976.633,13	Parcelamento de Tributos e Contribuições		11.869.624,09	1,5%	11.698.934,78
Realizável a Longo Prazo		833.251,09	32,4%	629.464,61	Empréstimos e Financiamentos a Pagar		101.384,06	-88,7%	894.254,71
Depósitos Judiciais e Fiscais		833.251,09	32,4%	629.464,61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL		11.958.053,40	295,3%	3.024.894,23
Investimentos	5	316.973,07	32,1%	239.885,47	Reservas		14.563.835,58	0,0%	4.563.835,58
Outros Investimentos		316.973,07	32,1%	239.885,47	Reservas de Reavaliação		14.563.006,75	0,0%	14.563.006,75
Imobilizado	6	22.664.791,74	-1,9%	23.107.283,05	Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		828,83	0,0%	828,83
Imóveis de Uso Próprio		20.462.527,68	14,8%	17.824.352,39	Lucros/Prejuízo - Sup./Déficits Ac. ou Resultado		-2.605.782,18	-77,4%	-11.538.941,35
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		20.462.527,68	14,8%	17.824.352,39	TOTAL DO PASSIVO		36.819.202,45	11,2%	33.103.852,53
Imóveis de Uso Próprio		2.055.731,57	-11,8%	2.331.710,36					
Hospitalares / Odontológicos		1.407.806,27	-39,6%	2.331.710,36					
Não Hospitalares / Não Odontológicos		647.925,30	-	0,00					
Imobilização em Curso		146.532,49	-95,0%	2.951.220,30					
TOTAL DO ATIVO		36.819.202,45	11,2%	33.103.852,53					

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais)

	31/12/2018	AH	31/12/2017
Contr. Efetivas/Pr. Ganhos de Plano de Assist. à Saúde	63.944.117,53	20,8%	52.951.492,16
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	63.944.117,53	20,8%	52.951.492,16
Contraprestações Liquidadas / Prêmios Retidos	59.209.346,04	11,8%	52.951.492,16
Variação das Prov. Técnicas de Op. Assist. à Saúde	4.734.771,49	-	0,00
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	-35.792.066,44	-8,7%	-39.210.581,44
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-35.510.668,57	-8,4%	-38.755.980,93
Variação da Provisão de Ev./Sin. Ocorridos e Não Avisados	-281.397,87	-38,1%	-454.600,51
RESULTADO DAS OPER. PLS DE ASSIST. À SAÚDE	28.152.051,09	104,9%	13.740.910,72
Outras Receitas Op. de Planos de Assist. Saúde	1.787.127,22	-9,1%	1.965.650,33
Receitas de Assist. Saúde Não Rel. Planos de Saúde da Op.	336.003,93	135,7%	142.548,73
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	676,00	-13,8%	784,20
Outras Receitas Operacionais	336.679,93	134,9%	143.332,93
Outras Despesas Op. Plano de Assistência à Saúde	-200.904,64	40,9%	-142.580,48
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-200.904,64	40,9%	-142.580,48
RESULTADO BRUTO	30.074.277,60	91,5%	15.706.529,30
Despesas de Comercialização	-76.327,68	-20,7%	-96.298,06
Despesas Administrativas	-20.567.964,82	21,8%	-16.881.766,69
Resultado Financeiro Líquido	-232.292,28	-79,7%	-1.143.018,71
Receitas Financeiras	1.391.409,57	85,4%	750.688,31
Despesas Financeiras	-1.623.701,85	-14,3%	-1.893.707,02
Resultado Patrimonial	-169.610,47	-219,1%	142.352,45
Receitas Patrimoniais	156.873,98	5,8%	148.275,68
Despesas Patrimoniais	-326.484,45	5411,9%	-5.923,23
RESULTADO ANTES DOS IMP. E PART.	9.028.082,35	-497,3%	-2.272.201,71
RESULTADO LÍQUIDO	9.028.082,35	-497,3%	-2.272.201,71

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC PELO MÉTODO DIRETO EM: 31/12/2018

(Valores expressos em reais)

	31/12/2018	AH	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos de Saúde	58.378.090,73	11,3%	2.431.475,70
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	27.642.551,80	6,2%	26.031.131,02
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	179.147,20	19,6%	149.752,30
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.600.581,96	72,5%	2.667.485,70
(-) Pagamento a Fornecedores/Prest. de Serviço de Saúde	-17.961.232,82	38,3%	-12.991.418,42
(-) Pagamento de Comissões	-76.327,68	-20,7%	-96.298,06
(-) Pagamento de Pessoal	-17.272.784,65	2,1%	16.914.061,82
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	-2.784.720,03	40,5%	-1.982.331,88
(-) Pagamento de Tributos	-16.339.002,41	-4,9%	-17.176.946,83
(-) Pagamento de Aluguel	-154.320,01	-9,1%	-169.702,45
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	-145.804,77	-66,2%	-430.903,43
(-) Aplicações Financeiras	-28.916.298,74	9,0%	-26.526.232,12
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-2.491.933,85	-22,0%	-3.195.138,96
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS	4.657.946,73	159,2%	1.796.810,75
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-3.204.033,50	483,2%	-549.349,33
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-3.204.033,50	483,2%	-549.349,33
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Finan./Leasing	-179.835,25	-68,2%	-565.291,81
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	-179.835,25	-68,2%	-565.291,81
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	1.274.077,98	86,8%	682.169,61
CAIXA/BANCOS - Saldo Inicial	706.660,27	2785,4%	24.490,66
CAIXA/BANCOS - Saldo Final	1.980.738,25	180,3%	706.660,27

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2017 E 2018

	RESERVAS DE LUCROS / SOBRES / RETENÇÕES			
	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	SUPERAVIT/DÉFICITS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	14.563.006,75	828,83	- 8.841.948,29	5.721.887,29
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	- 424.791,35	- 424.791,35
LUCRO/SUPERÁVIT /PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	- 2.272.201,71	- 2.272.201,71
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	14.563.006,75	828,83	- 11.538.941,35	3.024.894,23
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	- 94.923,18	- 94.923,18
LUCRO/SUPERÁVIT /PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	9.028.082,35	9.028.082,35
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	14.563.006,75	828,83	- 2.605.782,18	11.958.053,40

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS OPERADORAS (ADMINISTRADORAS) DE PLANOS DE SAÚDE

ATIVO	2018	2017
Circulante	13.004.187	9.127.219
Disponível	3.842.125	1.294.300
Aplicações	2.446.936	1.448.885
Credito Operadora de Saúde	5.891.441	5.025.224
Títulos e Créditos a Receber	5.099	90
Outros	473.839	624.179
Não circulante	23.815.016	23.976.633
Realizado a longo prazo	833.251	629.465
Outros	833.251	629.465
Investimentos	316.973	239.885
Imobilizado	22.664.792	23.107.283
ATIVO TOTAL	36.819.202	33.103.853

PASSIVO	2018	2017
Circulante	9.965.587	17.190.669
Provisões Técnicas	1.867.384	7.745.422
Tributos e Encargos a Recolher	2.610.520	3.801.647
Empréstimos a Pagar	2.927.598	2.425.527
Outros	2.560.085	3.218.073
Não Circulante	14.895.562	12.888.289
Exigível a Longo Prazo	14.895.562	12.888.289
Patrimônio Líquido	11.985.053	3.024.894
Reservas	14.563.836	14.563.836
Outros	- 2.605.782	- 11.538.941
PASSIVO TOTAL	36.819.202	33.103.853

DRE	2018	2017
Cont. Efetivas	63.944.118	52.951.492
Eventos Ind Liq.	- 35.792.066	- 39.210.581
Result.Op.C/Panos	28.152.051	13.740.911
Resultado Bruto	28.152.051	13.740.911
Outras Despesas/Receitas da Operadora	1.922.227	1.965.619
Desp. Adm	- 20.567.965	- 16.881.767
Desp. c/ Comerc.	- 79.328	- 96.298
Result. Fin	- 232.292	- 1.143.019
Receitas Financeiras	1.391.410	750.688
Despesas Financeiras	- 1.623.702	- 1.893.707
Result. Patrim.	- 326.484	- 5.923
Result. Antes IR	8.871.208	2.420.477
ATIVO TOTAL	8.871.208	- 2.420.477

Liquidez	2018	2017
Geral	0,56	0,32
Corrente	1,30	0,53
Imediata	0,39	0,08
ILNCC	- 10,41	- 0,04
Tiquete Médio	18.149,61	15.029,52

FÓRMULA
AC+RLP/PC+ELP
AC/PC
Disponível/PC
ACP - PCP / AOP - POP
Conf.Efetivo / Média Benenf. X12

ÍNDICES EXIGIDOS PELA ANS	Resultado
2	Não possui disponibilidade suficientes para quitar as obrigações de curto prazo, caso fosse preciso.
2	A operadora não possui recursos de curto prazo suficientes para financiamentos e operações.

Rentabilidade	2018	2017
ROA	0,24	- 0,07
ROE	0,74	- 0,80
MLB	0,44	- 0,26
MLL	0,14	- 0,05
MARGEBIT	7.247.506,52	- 4.314.184,41
MARGEBITIDA	7.247.506,51	- 4.314.184,42

FÓRMULA
Result. Líquido/Ativo total
Result. Líquido/ Pat. Líquido
Result. Bruto/ Cont. Efetivas
Result. Líquido/ Cont. Efetivas
Res.Liq+Desp.Fin+IR+CSLL/ Conta. Efetivas
Res.Liq+Desp.Fin+ IR+CSLL+Amort+Derpec/Cont.Efetivas

0	A operadora possui lucro positivo comparando suas contraprestações (venda de planos) com suas despesas.
---	---

Capital	2018	2017
IMOB	0,62	0,71
ENDIV	0,68	0,91
ENDIVPL	9.965.588,44	17.190.673,07
ENDIVCP	0,27	0,52
ENDIVLP	0,40	0,39
CE	0,40	0,57
CT/CP	2,08	9,94

FÓRMULA
Ativo Perm/ContEfetivas
PC+Exig.LPz/Ativo Total
PC+Exig.LPz/PL
PC/Ativo Total
Exig.LPz/Ativo Total
PC/PC +EXIG
PC+EXIG/PL

1	A operadora possui recursos aplicados dos ativo em investimentos e imobilizados suficientes (Ativo N Circ. não é maior do que Ativo Circ)
1	A operadora demonstra ter elevada dependência de recursos de terceiros.

Operacional	2018	2017
DM	0,56	0,74
DC	0,00	0,00
DA	0,32	0,32
COMB	0,88	1,06
COMBA	0,89	1,08

FÓRMULA
Eventos Ind/Cont.Efetivas
Desp.Comerc/Cont.Efetivas
Desp.Adm/Cont.Efetivas
Desp.Adm+Desp.Com+Ev.Ind/Cont.Ef
Desp.Adm+Desp.Com +Ev.Ind/Cont.Efetiva+Result.Financ

1	A operadora não possui Contrap. Efetivas que suportam as Despesas Operacionais.
---	---

Ciclo Financeiro	2018	2017
PMCR	33,17	34,16
PMPE	545.900.133,60	1.168.036.311,60
GAT	1,74	1,60

FÓRMULA
Cred.Op.Saúde/Cont.Efetivas x 360
Eventos a liquidar/Evento Ind x 360
Cont.Efetivas/Ativo Total

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Instituição Beneficente Coronel Massot – IBCM é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 18 de setembro de 1928, que tem por finalidade a assistência de saúde, aos seus Associados, regida por Estatuto, Normas Regimentais e pela Legislação vigente. Para alcançar suas finalidades, a IBCM promove assistência odontológica, médica e exames complementares aos seus Associados, Dependentes e Afins, mediante contribuições mensais, através da operação de planos privados de assistência à saúde de acordo com a legislação vigente.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, substituída pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, cuja adequação ocorreu neste exercício sendo apropriado nas demonstrações, atendendo também as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1 - Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros são registrados pelos seus valores de aquisição e ajustados aos valores prováveis de realização.

3.2 - Disponibilidades

Os saldos das disponibilidades são compostos pelas contas da tabela abaixo com seus respectivos valores:

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	5.957,73	5.386,48
Banco Conta Movimento	1.974.780,52	701.273,52
Títulos de Liquidez Imediata	1.861.386,36	890.090,43
Total	3.842.124,88	1.596.756,70

3.3 - Títulos de Renda a Prazo Fixo**Provisão determinada pela RN 393/2015 da ANS.**

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Soberano Saúde - FIRF LP ANS	2.444.836,50	1.146.428,04
Total	2.444.836,50	1.146.428,04

3.4 - Títulos de Renda Aplicações Livres

Valores Aplicações Títulos de Renda Fixa Livres.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Sicreinvest Pos Fixado em CDI	2.072,40	-
Total	2.072,40	-

NOTA 04. Contas a Receber**4.1 - Contas a Receber de Associados**

Estes valores são apropriados observando o princípio da competência e referem-se às mensalidades dos associados para terem direito a assistência saúde e um percentual sobre os demais serviços oferecidos, que deverão ser ressarcidos pelos associados quando estes não possuírem o IPE Saúde. O retorno destes valores se dá através do Canal da Secretaria da Fazenda, boleto bancários e débito em conta/corrente.

A Provisão foi calculada de acordo com os valores vencidos a mais de 90 dias de contraprestações dos beneficiários de acordo com o relatório de idade dos saldos do Setor de Receita, conforme determina o manual PPSC das ANS.

CONTAS	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Mensalidade Ambulatorial	6.916.724,72	5.930.963,63
(-)Provisão P/Perdas S/Créditos Anterior a Lei	(853.513,60)	(803.514,19)
(-)Provisão P/Perdas S/Créditos Posterior a Lei	(176.324,00)	(107.980,49)
Associados Devedores Fisioterapia	21.046,40	22.590,15
Associados Devedores Laboratório Clínico	5.526,90	5.821,61
Associado Devedores Laboratório Imagem	10.222,03	11.021,53
Associado Devedores Consulta Médica	4.396,38	4.482,18
Associado Devedores Odontologia	320,00	320,00
Associados Devedores Consulta Pronto Atend.Emergência	237,87	237,87
(-)Provisão P/Perdas S/Créditos Beneficiários	(37.196,03)	0,00
(-)Provisão P/Perdas S/Créditos	0,00	(38.718,44)
(-)Provisão P/Perdas S/Créditos	0,00	(92.262,37)
SUB-TOTAL	5.891.440,67	4.932.961,48
Associados Devedores Falta Consulta	127.997,00	105.508,40
Associados Devedores Taxa de Atendimento	10.640,00	6.048,00
Associados Devedores SESI - Cesta Básica	6.111,31	7.833,56
Associados Devedores Prótese Dentária	1.011,30	1.011,30
Associados Devedores Óticas	43.510,00	50.659,00
Associados Devedores Convênios Diversos	369,03	1.811,75
(-) Associados Devedores Não Identificados	0,00	(23.175,89)
IPERGS Serviços a Receber	316.511,45	153.777,70
Farmácia Contas a Receber	1.648,00	1.648,00
(-) Provisões P/Perdas S/Créditos	(176.323,98)	0,00
(-) Provisões P/Perdas S/Créditos-Não Identificados	(23.692,00)	0,00
Falta Consulta Plano Ambulatorial	5.380,00	10.485,00
Falta Emissão de Cartão	1.585,00	6.395,00
Falta Consulta Plano Consulta	4.400,00	7.930,00
SUB-TOTAL	319.146,64	329.932,06
TOTAL GERAL	6.210.587,31	5.262.893,54

NOTA 05. INVESTIMENTOS

Os Investimentos são registrados pelo valor de aquisição e possuem caráter de permanência. Anualmente é registrada a variação pela distribuição de sobras das cotas da Cooperativa Sicredi.

NOTA 06. IMOBILIZADO

Os bens constantes do Ativo Imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção (Prédios). As depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, nas taxas demonstradas no quadro abaixo:

Imobilizado Hospitalar/Odontológico	Tx. Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	0%	993,99	0,00	993,99
Prédios	4%	7.463.109,82	(1.428.732,30)	6.034.377,52
Terrenos Custo Atribuído Adoção Inicial	0%	14.427.156,17	0,00	14.427.156,17
Equipamentos e Instalações Diversas	10%	153.015,80	(106.473,15)	46.542,65
Máquinas, Motores e Aparelhos	10%	966.273,66	(440.522,45)	525.751,21
Instrum.Médico Cirúrgicos e Dentários	10%	904.220,29	(404.344,80)	499.875,49
Acessório e Ferramentas	10%	21.867,50	(11.450,53)	10.416,97
Equip.Médicos e Ortopédicos	10%	46.305,45	(16.796,07)	29.509,38
Computadores e Periféricos	20%	200.426,36	(134.062,67)	66.363,69
Móveis e Utensílios	10%	228.725,55	(131.469,96)	97.255,59
Veículos	20%	268.375,28	(136.283,99)	132.091,29
SUB-TOTAL		24.680.469,87	(2.810.135,92)	21.870.333,95
Imobilizado Hospitalar/Odontológico	Tx. Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação	Valor Residual
Equipamentos e Instalações Diversas	10%	543.435,24	(376.905,64)	166.529,60
Máquinas, Motores e Aparelhos	10%	216.775,32	(57.460,74)	159.314,58
Instrum.Médicos Cirúrgicos e Dentários	10%	15.754,90	(6.515,67)	9.239,23
Acessórios e Ferramentas	10%	6.227,63	(4.247,56)	2.030,07
Máquinas de Escritório	10%	3.047,23	(2.422,74)	624,49
Equip.Médico e Ortopédicos	20%	1.030,00	(902,25)	127,75
Computadores e Periféricos	20%	446.682,64	(289.982,14)	156.700,50
Consórcio de Veículos	0%	146.532,49	0,00	146.532,49
SUB-TOTAL		1.703.040,89	(908.583,10)	794.457,79
TOTAL GERAL		26.383.510,76	(3.718.719,02)	22.664.791,74

NOTA 07. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR SUS

Estão registrados todos os valores constantes conforme tabela extraída do site da ANS referente ao valor total dos Avisos de Beneficiários a operadora ao Ressarcimento do SUS.

NOTA 08. SERVIÇOS CREDENCIADOS A PAGAR

Estão registrados pelo valor nominal, contabilizados pelo regime de competência segundo o atendimento a Associados.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Médicos	259.297,15	496.422,46
Laboratório de Análises Clínicas	119.787,23	265.434,29
Laboratório de Análises Imagem	314.782,59	1.061.010,06
Fisioterapeutas	90.623,46	194.375,92
Clínicas	238.835,70	527.392,65
Fonoaudiólogos	13.319,39	14.386,79
Psicólogos	28.725,84	58.687,33
Psicopedagogos	3.911,05	12.442,57
Nutricionistas	2.793,35	3.472,06
Terapeuta Ocupacional	2.085,30	0,00
Hospitais/Fundações	131.929,41	217.750,58
Convênios Diversos	240,00	1.374,00
Convênios Óticos	25.840,00	18.415,00
Sesi	11.915,31	11.517,49
Dentistas	103.193,43	145.281,44
Total	1.347.279,21	3.027.942,64

NOTA 09. ENCARGOS SOCIAIS INSTITUIÇÃO

Estão registrados pelo valor nominal, se referem aos encargos sobre a Folha de Pagamento do mês de dezembro de 2018 e 13º Salário.

NOTA 10. RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

Estão registrados pelo valor nominal, se referem a retenções de tributos incidentes sobre Folha de dezembro de 2018 e 13º Salário.

NOTA 11. TRIBUTOS A RECOLHER

Estão registrados pelo valor nominal, se referem a retenções de tributos retidos sobre os pagamentos a Pessoas Jurídicas e Físicas, no mês de dezembro de 2018.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
IRRF Retido de Pessoa Física	29.123,24	30.169,26
IRRF Retido de Pessoa Jurídico	18.519,47	3.327,70
ISSQN Retido	394,02	636,43
CSLL Retido de Pessoa Jurídica	0,05	0,00
Contribuição Social Retido de Pessoa Jurídica	55.413,45	7.512,07
COFINS Retido de Pessoa Jurídica	1.815,00	2.071,64
PIS Retido de Pessoa Jurídica	393,25	448,85
INSS Retido de Autônomos	54.183,45	44.883,29
INSS de Autônomos a Pagar	163.860,10	192.002,65
CONFINS S/Receitas a Recolher	5.830,43	5.688,64
IRRF Parcelamento - Curto Prazo	27.610,56	26.418,48
SSQN Parcelamento - Curto Prazo	12.002,40	10.840,92
PIS/COFINS Parcelam. RFB Farmácia - Curto Prazo	18.495,36	17.696,76
PIS/COFINS Parcelam. PGFN Farmácia - Curto Prazo	9.560,88	9.148,08
INSS a Pagar Parcelam. - Curto Prazo	294.802,56	285.129,12
INSS a Pagar RFB Parcelam. - Curto Prazo	380.552,88	364.121,88
INSS Parcelam. Set/17 DECAB 14226280-3 - Curto Prazo	0,00	183.010,68
Parcelamento Simplificado Previd. - Curto Prazo	105.030,36	0,00
Parcelamento Simplificado Previd. 624.042.297 - Curto Prazo	380.550,36	0,00
INSS Parcelam. RFB Farmácia - Curto Prazo	45.726,24	43.752,00
INSS Parcelam. PGFN Farmácia - Curto Prazo	57.053,16	54.589,80
Parcelamento PERT Previdenciário - Curto Prazo	143.332,17	116.030,76
Parcelam. GFIP Multa - Curto Prazo	7.426,08	5.735,16
Parcelam. ANS Multa - Curto Prazo	86.586,60	79.803,24
TOTAL	1.898.262,34	1.483.017,41

NOTA 12. SERVIÇOS DE CREDORES DIVERSOS

Estão registrados pelo valor nominal, contabilizados pelo regime de competência, correspondem a valores a pagar de Auxílios de Exames e compras pelos Associados em Farmácias conveniadas à Instituição.

NOTA 13. EMPRÉSTIMOS - INSTITUIÇÃO

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, destinados à aquisição de capital de giro, assim como novo empréstimo no valor de R\$ 1.800.000,00 para construção de novas salas e telhado no terceiro piso, sujeita a incidência de encargos financeiros e juros vigentes no mercado, sendo contabilizado na conta de Juros sobre financiamentos a apropriar o valor de R\$ 1.421.240,16. Em dezembro de 2018 foi contratado com o Banco Sicredi Empréstimo Rotativo no valor de R\$ 1.158.001,00 para reforço de Caixa e no Banco Banrisul o montante de R\$ 1.092.822,90.

Os saldos estão assim compostos:

Empréstimos Bancários	31/12/2018			31/12/2017		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Sicredi	1.158.001,00	0,00	1.158.001,00	1.299.999,00	0,00	1.299.999,00
Banrisul	6.222,86	0,00	6.222,86	309.736,60	0,00	309.736,60
Banrisul Financ. Obra	805.310,04	67.109,17	872.419,21	805.310,05	872.419,21	1.677.729,25
(-) Juros e Apropriar Emp. Obra	(156.002,90)	0,00	(156.002,90)	0,00	0,00	0,00
Banrisul	1.092.822,90	0,00	1.092.822,90	0,00	0,00	0,00
Banrisul Consórcio Contemplado	21.244,32	34.274,89	55.519,21	10.481,04	21.835,50	32.316,54
Total	2.927.598,25	101.384,06	3.028.982,31	2.425.526,68	894.254,71	3.319.781,39

NOTA 14. PARCELAMENTOS

A Instituição aderiu a Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 (REFIS DA COPA) em agosto de 2014, renegociando todos os parcelamentos em andamento na Receita Federal, com exceção dos que fazem parte da Lei 11.941, que permaneceram com seus valores e parcelas inalteradas. Em outubro de 2017 a Instituição aderiu ao Parcelamento PERT no montante de R\$ 2.275.113,55, mais o Parcelamento da Multa da ANS no montante de R\$ 1.986.767,92 e mais Parcelamento INSS DECAB.1420262803/2811 no montante de R\$ 915.053,36. Em março de 2018 a Operadora efetuou a desistência do parcelamento INSS DECAB.1420262803/2811 no montante de R\$ 915.053,36, efetuando um novo parcelamento dos meses de 09/2017,11/2017 e 13º/2017 referente a INSS parte Empresa e parte Empregador totalizando o montante de R\$ 2.522.306,10, sendo incluso neste parcelamento o montante de R\$ 915.053,36 referente ao parcelamento INSS DECAB.1420262803/2811 efetuado em outubro de 2017.

Parcelamentos	31/12/2018			31/12/2017		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Lei 11.941 INSS	188.094,36	893.448,21	1.081.542,57	181.922,40	1.046.053,80	1.227.976,20
Lei 11.491 INSS	106.708,20	506.863,95	613.572,15	103.206,70	593.438,64	696.645,34
Prev. RFB	380.552,88	3.805.528,80	4.186.081,68	364.121,88	4.005.340,6	4.369.462,56
IRRF RFB	27.610,56	276.105,60	303.716,16	26.418,48	290.603,28	317.021,76
Multa GFIP	7.426,08	1.856,52	9.282,60	5.735,16	7.168,95	12.904,11
ISSQN	12.002,40	0,00	12.002,40	10.840,92	9.937,51	20.778,43
Sub-Total	722.394,48	5.483.803,08	6.206.197,56	692.245,54	5.952.542,86	6.644.788,40
Prev. RFB	45.726,24	457.262,40	502.988,64	43.752,00	481.272,00	525.024,00
Prev. PGFN	57.053,16	570.531,60	627.584,76	54.589,80	600.484,80	655.077,60
PIS COFINS RFB	18.495,36	184.953,60	203.448,08	17.696,76	194.664,36	212.361,12
PIS COFINS PGFN	9.560,88	95.608,80	105.169,68	9.148,08	100.628,88	109.776,96
Refis PERT	143.332,17	1.988.449,08	2.131.781,25	116.030,76	2.131.781,44	2.247.812,20
Parcel. Multa ANS	86.586,60	1.551.343,25	1.637.929,85	79.803,24	1.505.514,76	1.585.318,00
Parcela DECAB. INSS	0,00	0,00	0,00	183.010,68	732.042,68	915.053,36
Parcel. Simplif. Prev.624084841 - Empreg	105.030,36	332.596,14	437.626,50	0,00	0,00	0,00
Parcel. Simplif. Prev.624042294 - Empreg	380.550,36	1.205.076,14	1.585.626,50	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	846.335,13	6.385.821,01	7.232.156,14	504.031,32	5.746.391,92	6.250.423,24
Total Geral	1.586.729,61	1.869.624,09	13.438.353,70	1.196.276,86	11.698.934,78	12.895.211,64

NOTA 15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2018, foi efetuado ajuste de R\$ 94.923,18, referente estoques e processos judiciais liquidados.

NOTA 16. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS

Em 14 de julho de 2014 a Instituição recebeu o Registro Provisório de Operadora de Plano de Saúde, classificada na modalidade de Autogestão, sem mantenedor, sob o nº 41942-7.

NOTA 17. MANDADO DE SEGURANÇA SOBRE INCIDÊNCIA DO INSS PATRONAL

O juízo decidiu favoravelmente no que se refere às verbas a título de aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional, pagamento pelos quinze primeiros dias de afastamento por doença ou acidente e o adicional de 1/3 sobre férias gozadas.

Houve importante vitória de primeira instância, porém, alguns pedidos não foram reconhecidos, o que poderá ser objeto de recurso para ampliar o êxito da demanda.

O benefício econômico retroativo que a Instituição teria se tal decisão já fosse definitiva, corresponde a aproximadamente R\$ 500.000,00, podendo alcançar valores maiores ou menores dependendo da decisão recursal, sendo provável o êxito.

NOTA 18. PROVISÕES CONTINGÊNCIAS

Foram avaliados pelos responsáveis jurídicos os processos de natureza civil e trabalhista, os processos de probabilidade de perda possível que não são provisionados, conforme demonstrados:

AÇÕES TRABALHISTAS	
Provável	1.459.052,50
Total	1.459.052,50
AÇÕES CÍVEIS	
Provável	1.459.052,50
Total	1.459.052,50

AÇÕES TRABALHISTAS	
Possível	232.000,00
Remota	36.000,00
Total	268.000,00
AÇÕES CÍVEIS	
Possível	812.501,78
Remota	590.257,50
Total	1.402.759,28
Total Ger.	1.670.759,28

Embasados no Relatório do Departamento Jurídico constitui-se provisão para todas as ações prováveis trabalhistas e cíveis que totalizam R\$ 1.947.061,92 em 31/12/2018.

As ações trabalhistas e cíveis de baixo risco possíveis e remotas montam em R\$ 1.670.759,28, sendo que deste valor foi provisionado R\$ 523.166,40 referente depósito/judicial e R\$ 67.751,50 referente a outros processos.

RESUMO	VALOR
Contábil	2.924.553,71
Rel. Jurídico	2.333.635,81
Bloqueio Judicial/DP	590.917,90

NOTA 19. METODOLOGIA PRÓPRIA

Em 18 de abril de 2018, embasado na Instrução Normativa – IN 393, de 2015 e seus anexos, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através do Ofício nº 949/2018/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRARD-DIOPE/DIOPE, deferiu ao Instituto o uso de Metodologia Própria, a partir do mês de junho/2018, cuja reversão no valor de R\$ 4.734.771,49, contabilizada no grupo 312 – Outras Receitas, refletiu positivamente no resultado do exercício.

NOTA 20. PARCELAMENTO MULTA ANS

Com base no Processo nº339.022.275.852.005.11/2012, houve parcelamento da multa de R\$ 1.892.374,24 com vencimento em 23/10/2012 em 240 parcelas. Posição/Classificação: 12 Parcelas x R\$ 7.215,55= R\$ 86.586,60 no Passivo Circulante e, 215 Parcelas x R\$ 7.215,55= R\$ 1.551.343,25 no Passivo Não Circulante, respectivamente em 31/12/2018.

NOTA 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de fevereiro de 2019, por entendimento manifestado na ID nº 10/1ª DF/IBCM, o Diretor Fiscal solicita o seguinte ajuste contábil, no Primeiro Trimestre/2019:

Expurgo do valor de R\$ 14.427.156,17, relativo a Reavaliação dos Terrenos, lançado indevidamente em desacordo com a Sumula Normativa nº 18.

Há que esclarecer que a Instituição entende que o procedimento adotado antecedeu a data do registro na ANS (14 de julho de 2014), quando ainda não atuava como operadora de planos de saúde. Por outro lado, a ANS entende que a Entidade deve se adequar a IN nº 47 e Súmula Normativa nº 18, ambas datadas de 21 de julho de 2011.

Com o efeito deste ajuste contábil interfere na liquidez da Instituição, afetando o Imobilizado, Patrimônio Social, Margem de Solvência e Índices Econômicos Financeiros a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo pretende, após estudo com a equipe técnica e Departamento Jurídico, ingressar com Processo Administrativo junto a ANS, visando a revisão deste entendimento.

NOTA 22. RECUPERAÇÃO ENCARGOS SOCIAIS

Em 02 de maio de 2018, a IBCM contratou a empresa AG Capital Consultoria e Assessoria Empresarial S/S, com o objetivo de buscar o que foi recolhido indevidamente durante o período dos últimos 05 (cinco) anos e reduzir recolhimentos futuros, a título de contribuições previdenciárias e de PIS sobre a folha de pagamento, por via administrativa ou judicial (Clausula Primeira do Contrato). Pelos serviços contratados a contratante se obriga a pagar o percentual de 19% (dezenove por cento) incidentes sobre o valor do crédito restituído, que pode ocorrer via administrativa, compensação administrativa de créditos na redução ou quitação de débitos ou restituição (Clausula Quarta do Contrato).

No período de maio a dezembro de 2018, foi compensado o montante de R\$ 4.702.109,91 de INSS Patronal. Percentual pago (19%) R\$ 893.400,88 até 31 de dezembro de 2018.

Em 15 de fevereiro de 2019, ao requerer a Certidão Negativa de Débitos da Instituição na Procuradoria – Geral da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB expediu Relatório de Situação Fiscal Certificado nº 210.436.470-15, com as informações de divergências entre GFIP X GPS, cujo valor principal, juros e multa montam em R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), aproximadamente.

NOTA 23. DIREÇÃO FISCAL

Em 16 de fevereiro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional nº 2263, que dispôs sobre a instauração de regime direção fiscal, cujas ID's vem sendo atendidas.

NOTA 24. PLANO DE SANEAMENTO

Encaminhado plano de saneamento à ANS, em conformidade com as normas e exigências legais, em execução e acompanhamento.

Porto Alegre, 31 de dezembro 2018

Daniel Lopes dos Santos
Diretor Presidente

Vilson Genes Gonçalves Cardoso
Diretor Vice-Presidente

Antônio Carlos Cavalheiro Simões
Diretor Administrativo

Solon Andrade de Araújo Sobrinho
Diretor Financeiro

Tiago da Silva Oliveira
Contador
CRC-PR 063.671/O-6

Sandra Regina Odeli
Gerente Atuarial
Atuária MIBA 1.209